

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.170 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2000



Projeto de Orçamento para 2001 prevê R\$ 39,7 bi para estados e municípios

Esses recursos fazem parte das receitas não-discrecionárias, que têm destino certo e não podem ser redirecionadas. De cada R\$ 4 que serão gastos pelo governo no próximo ano, R\$ 3 estão nessa condição

Secretário da Receita Federal fala à TV Senado sobre sonegação

Everardo Maciel (E): entrevistado da semana PÁGINA 4



Ademir cobra providências contra tortura

PÁGINA 2



Ética nas comunicações abriu ciclo de debate

Palestra da professora Theresa Catharina de Góes Campos abriu ontem o *I Ciclo de Conferências do Museu do Senado*. Ela recomendou que a sociedade cobre um comportamento ético dos meios de comunicação.

PÁGINA 4



Theresa Catharina (segunda à esquerda): a sociedade deve cobrar da mídia "a utilização de fontes de qualidade"

VERBAS FEDERAIS

Valores que serão repassados aos estados e municípios, segundo a proposta orçamentária do governo para 2001

Transferências constitucionais R\$ 39,7 bilhões

Transferências voluntárias (*) R\$ 50,5 bilhões

TOTAL R\$ 90,2 bilhões

(*) O dinheiro equivale a praticamente 80% de toda a verba orçamentária para as despesas consideradas livres.



Estados e municípios devem receber em 2001, segundo o projeto de Orçamento, R\$ 39,7 bilhões. São recursos que fazem parte das despesas não-discrecionárias, cujo destino não pode ser alterado pela União. A previsão é que, de cada R\$ 4 a serem gastos pelo governo no próximo ano, R\$ 3 não serão redirecionados. É o caso também das verbas para os benefícios da Previdência.

PÁGINA 3

SUBCOMISSÃO OUVIRÁ MINISTRO DA CULTURA SOBRE A POLÍTICA PARA O CINEMA BRASILEIRO

PÁGINA 3



A Subcomissão do Cinema Brasileiro reberá o ministro Francisco Weffort no dia 19 de outubro. O convite partiu do relator do colegiado, senador Francelino Pereira (no destaque)

RÁDIO SENADO HOMENAGEIA "REI DO MAMBO"

Tito Puente (foto), considerado o "rei do mambo", é o homenageado no fim de semana pela Rádio Senado FM. O programa *Improviso – Jazz sem Fronteiras*, que vai ao ar amanhã, às 20h, e domingo, às 23h30, mostrará o melhor do músico americano, considerado um dos maiores expoentes do jazz latino.

Tito Puente morreu em maio último, aos 77 anos.

PÁGINA 4



Cabral quer mudar normas sobre estudo de paternidade



Cabral: Código Civil é incompatível com demandas atuais

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera o Código Civil no que se refere à investigação de paternidade.

Relatado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), o projeto estabelece que serão considerados concebidos na constância do casamento ou da união estável os filhos nascidos 180 dias depois de iniciada a convivência conjugal, nos 300 dias depois da dissolução da convivência conjugal, e os havidos por inseminação artificial, condicionada a prévia autorização do marido ou companheiro.

Para contestar a paternidade do filho, o homem terá de provar a impossibilidade de haver coabitado com a mulher nos primeiros 180 dias dos 300 que houverem precedido o nascimento da criança. O homem poderá também apresentar exame pericial para provar a impossibilidade de o filho ser seu. A prova de impotência para gerar à época da concepção também elimina a presunção de paternidade.

De acordo com o projeto, o direito de contestar judicialmente a paternidade cabe exclusivamente ao homem, à mulher ou ao filho cuja paternidade é questionada. O texto também estabelece que passará aos herdeiros a ação do filho que contestar a própria paternidade.

Na opinião de Cabral, o fato de as pessoas interessadas em esclarecer sua própria filiação serem impedidas de solucionar o problema é um dos incompreensíveis tabus jurídicos do Brasil. Para ele, o Código Civil, que é de 1916, não atende às demandas da sociedade moderna.

Ademir Andrade cobra medidas contra a tortura

Para senador, já passou da hora de as autoridades entrarem em ação com o objetivo de impedir que presos e suspeitos sejam torturados

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) conclamou a sociedade brasileira a exigir do Estado uma reação "intransigente e peremptória" contra a tortura e os torturadores no país. Ele argumenta que a punição exemplar dos responsáveis é a única maneira de pôr fim a essa prática nas delegacias e penitenciárias.

Ademir disse que o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Nigel Rodley, em visitas recentes a Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Belém e Marabá, "constatou



Ademir: ONU constatou que tortura é meio rotineiro de investigação policial no país

que a tortura continua vigente como método costumeiro de investigação policial, não mais em relação a presos políticos, como nos tempos da ditadura, mas dirigida contra suspeitos e detentos pobres".

No Pará, Nigel Rodley esteve com a ouvidora do Sistema de Segurança Pública, Marga Rothe, que lhe relatou a ocorrência de 20 casos de tortura no estado, envolvendo 33 vítimas, em 1999. No corrente ano, ela denunciou 12 casos, com 21 vítimas e duas mortes, acrescentou Ademir. Segundo o senador pelo Pará,

em visitas-surpresa a dependências policiais em Marabá e Belém, o relator da ONU pôde verificar a presença de objetos utilizados na prática de tortura, como tacos de bilhar e palmatórias.

Ademir Andrade afirmou que, embora a tortura seja recorrente no Brasil e facilitada pela falta de reação das autoridades constituídas, "nunca é tarde para dizer um basta a essa prática hedionda".

— É inconcebível que, no Estado democrático de direito, a tortura persista como método de investigação policial. É lamentável que a impunidade se tenha tornado sinônimo de nacionalidade entre nós, constituindo-se em parteira do mais torpe dos crimes. A sociedade está cobrando do Estado providências exemplares — afirmou.

Câmara vai votar emenda que permite o registro de brasileiro nascido no exterior

A proposta de emenda constitucional que facilita o registro de crianças filhas de brasileiros nascidas no exterior aguarda decisão na Câmara dos Deputados. Aprovada pelo Senado, a emenda do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reconhece a nacionalidade das crianças nascidas em outros países, desde que sejam registradas em repartições brasileiras competentes, incluindo os consulados.

O texto de Alcântara restaura a redação da Constituição de 1988, que havia sido modificada pela revisão constitucional de 1994. O que começou como uma tentativa de se facilitar a concessão de nacionalidade acabou provocando confusão jurídica, pois o texto em vigor suprimiu a obrigatorie-

dade de registrar as crianças em cartório competente.

Os consulados brasileiros entenderam essa supressão como uma proibição ao registro. Na prática, a nacionalidade brasileira tem sido condicionada à residência no Brasil e à opção, expressa

perante um juiz federal. — É uma situação evidentemente precária, em que a nacionalidade fica pendente. Queremos acabar com isso — afirmou Lúcio Alcântara, classificando de "aberração" a situação atual. O senador salienta que pode haver um



Alcântara: proibição de registro, hoje em vigor, é uma "aberração"

grande intervalo entre a residência no exterior e a opção pela nacionalidade brasileira, prejudicando a criança. Ela pode até ficar apátrida por um bom tempo, já que alguns países não adotam o conceito de nacionalidade *ius soli* (os nascidos no território têm direito à nacionalidade).

O Senado aprovou também a proposta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que garante o mesmo direito aos filhos de pais brasileiros nascidos no exterior, entre o dia 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da emenda.

Arlindo Porto propõe seguro obrigatório para consórcio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar nos próximos dias projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que torna obrigatório o seguro nos contratos de consórcio. Assim, estariam

resguardados os direitos dos consumidores em caso de insolvência das administradoras de consórcios. A proposta recebeu parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA).

— Quando as administradoras apresentam dificuldades financeiras, os maiores prejudicados acabam sendo os consumidores, que não possuem nenhum instrumento efetivo que lhes garanta a recuperação de seus recursos aplicados no consórcio — justifica Lobão.

Arlindo Porto lembra que os consorciados não têm preferência no recebimento de créditos quando é decretada a liquidação extra-judicial de uma administradora. Nestas situações, esclarece, o pagamento de dívidas trabalhistas e fiscais consome normalmente quase todo o patrimônio da empresa causando enormes prejuízos a seus clientes.

Para Lobão, o consórcio funciona como poupança voluntária dirigida ao consumo, cujos principais usuários são consumidores de menor capacidade econômica. "É preciso garantir que eles não serão logrados em sua boa-fé", disse.



Porto: prevenção contra prejuízos aos consorciados

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Subcomissão do Cinema ouvirá ministro da Cultura

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, deverá comparecer à Subcomissão do Cinema Brasileiro no dia 19 de outubro, quando fará uma exposição sobre a política do governo para o setor audiovisual. O convite foi feito pelo relator da subcomissão, Francelino Pereira (PFL-MG), que disse já ter começado a preparar seu parecer sobre os projetos relativos ao cinema nacional em tramitação no Senado.



Francisco Weffort deverá fazer exposição sobre a política do governo para a produção audiovisual

O documento deverá propor a criação de um órgão coordenador com a participação efetiva de representantes da área cinematográfica e com a atribuição de agente formulador de políticas, regulador e fiscalizador de toda a atividade, além de agente financeiro. O relator também propôs a obrigatoriedade de as grandes redes de TV reservarem 30% da sua programação para os produtores independentes, o que deverá assegurar, inclusive, a ampliação do mercado de trabalho.

Quanto à política de capitalização para o audiovisual, o relatório deverá propor a criação de um fundo de financiamento com juros adequados. Entre as fontes de recursos para esse fundo estaria, segundo o relator, a taxação sobre as receitas de TV aberta e das operadoras de TV por assinatura e sobre os comerciais impor-

tados para veiculação no país.

— Nossa preocupação é contribuir para que seja criado um sistema permanente de financiamento e incentivo direto para a produção de longas e curtas-metragens documentais, experimentais e de estreantes — afirmou.

O relatório de Francelino prevê a apresentação de vários projetos, de modo a definir melhor os papéis do Estado, do mercado e do setor cinematográfico. A Subcomissão do Cinema Brasileiro foi instalada em junho de 1999 e realizou sete audiências públicas com representantes dos vários segmentos da indústria cinematográfica e audiovisual (produção, distribuição e exibição), além de professores universitários, que apresentaram um quadro do ensino do audiovisual no país.

Regulamentação de *factoring* poderá ser analisada pela CCJ

A prática de concessão de empréstimos conhecida por *factoring* será finalmente regulamentada se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovar projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS). A matéria disciplina a atividade dos prestadores de serviço que dão crédito a



Fogaça pretende definir os critérios para atuação das empresas de *factoring*

pequenas e médias empresas, recebendo como garantia o faturamento. Já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o texto só depende agora de deliberação da CCJ.

Lembrando que o *factoring* não se confunde com as atividades privativas das instituições financeiras, Fogaça pretende defini-lo e estipular prazo para que as empresas já constituídas nesse ramo se adaptem à lei. Na proposta, o

factoring é denominado serviço de “fomento mercantil”.

O projeto veda a tais empresas captar recursos junto ao público e executar operações de natureza própria das instituições financeiras, que dependem de prévia autorização do Banco Central do Brasil para funcionar. O texto ainda dispõe que a empresa que ceder crédito a uma *factoring* se responsabiliza civil e criminalmente pela veracidade, legitimidade e legalidade do crédito cedido. E, no caso de insolvência, concordata ou falência dos devedores, a *factoring* cessionária deverá se habilitar no processo.

Fogaça também prevê a criação do Conselho Federal de Fomento Mercantil, a quem caberá a supervisão e disciplina de todas as atividades relacionadas pelo *factoring*.

Estados e municípios terão R\$ 39,7 bi no Orçamento

Verbas que não podem ser redirecionadas, como as transferências constitucionais, correspondem a três quartos dos gastos do governo

De cada R\$ 4 que serão gastos em 2001 pelo governo, R\$ 3 já têm destino certo e não podem ser redirecionados. Eles são reservados para as chamadas despesas não-discriminatórias, entre as quais estão o pagamento de vencimentos dos funcionários públicos e de benefícios da Previdência (para os quais serão destinados R\$ 132 bilhões) e as transferências constitucionais e legais aos estados e municípios.

Essas transferências deverão consumir R\$ 39,7 bilhões em 2001, pouco mais de 20% dos R\$ 190,2 bilhões reservados às despesas não-discriminatórias. Para os gastos considerados discriminatórios, isto é, em que existe flexibilidade para a indicação das prioridades do Orçamento, estão previstos R\$ 50,5 bilhões. Ou seja, o dinheiro redirecionado aos estados e municípios



por força de lei equivale a praticamente 80% de toda a verba prevista na proposta orçamentária para as despesas consideradas livres.

As transferências constitucionais e legais incluídas no projeto de Orçamento são 11,8% maiores do que as fixadas pelo Executivo na reprogramação de gastos para 2000, segundo análise feita em nota técnica das consultorias técnicas da Câmara e do Senado. Isto se deve principalmente, de acordo com o estudo, ao aumento de 54,5% da cota-parte de compensações financeiras a serem transferidas aos estados e municípios.

O artigo 159 da Constituição estabelece que a União deverá repassar ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) 21,5% da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

Outros 22,5% da arrecadação do IR e do IPI serão destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste dispõem ainda de 3% do total de arrecadação dos dois impostos.

Parte dos recursos recebidos pelos estados e municípios, por meio de transferências da União, também tem destino certo. A Constituição os obriga a aplicar em programas de educação 25% de suas receitas, aí incluídas as provenientes de transferências. No total, as transferências constitucionais e legais para 2001 — de R\$ 39,7 bilhões — serão pouco inferiores às dotações de R\$ 42,3 bilhões previstas no Orçamento da União para despesas na área de desenvolvimento social, aí incluídas as verbas para saúde (R\$ 17,9 bilhões) e educação (R\$ 7,4 bilhões).

Saturnino quer mudar critérios dos fundos de participação

Projeto de lei apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) pretende equalizar a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Pela proposta, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os recursos desses fundos serão distribuídos de acordo com a média mensal do ano anterior.

A proposição determina a criação do Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais do FPE e do FPM. O sistema deverá ser financiado pela transferência de 47% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como já é determinado pela Constituição: 21,5% para o FPE e 22,5% para o FPM.

De acordo com a proposta do senador, o Sistema de Equalização será gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional. O projeto prevê que o próprio

Tesouro repassará recursos para manter pagamento do valor médio do ano anterior, em caso de queda na arrecadação. A reposição dos recursos ao Tesouro será feita no ano seguinte. Já os excedentes acumulados serão repassados nos dois últimos meses do ano. Na opinião de Roberto Saturnino, sempre existirão saldos a serem creditados no final do ano, já que, a cada ano, os valores repassados aumentam em decorrência do crescimento real da arrecadação de tributos ou do efeito da própria inflação.

IRREGULARIDADE

Na justificativa do projeto, Saturnino argumenta que a irregularidade dos repasses desses fundos prejudica o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada este ano. Citou estudo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), segundo o qual os recursos transferidos aos estados e às prefeituras representam de 83,2% a 32,3% do total das re-



Saturnino: irregularidade nos repasses dificulta cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

ceitas — sendo que este último percentual só é válido para o Rio de Janeiro e São Paulo, cidades com mais de cinco milhões de habitantes. Ressaltou que, mesmo nas cidades com mais de um milhão de habitantes, as transferências dos fundos representam mais da metade do total de recursos disponíveis.

O parlamentar lembra que as receitas aumentam muito em março e abril, devido à entrega das declarações do Imposto de Renda, e caem bastante entre junho e agosto, quando ocorre a restituição desse tributo. Segundo dados do Ibam, citados pelo senador, a variação média mensal das transferências do FPM, entre 1995 e 1999, foi de 14,63%.

O jazz latino de Tito Puente em destaque na Senado FM

O rei do mambo, Tito Puente, é o homenageado deste final de semana em *Improviso – Jazz sem Fronteiras*, na Rádio Senado FM. Falecido em maio último, aos 77 anos, o músico foi um dos maiores expoentes do jazz latino. Tito Puente nasceu nos Estados Unidos em 1923, filho de imigrantes recém-chegados àquele país. Criado no Harlem hispânico de Nova York, cresceu sob a influência dos boleros e merengues que ouvia no *barrio* e do nascente jazz que movimentava a cidade mais cosmopolita do mundo. A mistura dessas duas vertentes deu origem à sonoridade de Puente, que reúne, em grandes doses, originalidade e balanço. Puente costumava dizer que seu grande prazer era ver as pessoas dançando ao som de



Puente cresceu influenciado pelo som dos boleros e merengues que ouvia no Harlem hispânico de Nova York

sua música. E ele fez muita gente dançar ao longo de seus 60 anos de carreira. *Improviso – Jazz sem Fronteiras* vai ao ar aos sábados, às 20h, com reapresentação aos domingos, às 23h30, pela Senado FM, 91,7 e também no endereço www.senado.gov.br. O programa tem produção e apresentação de Flavio de Mattos e Vinícius Becker.

Palestra discute ética nos meios de comunicação

Participação da professora Theresa Catharina de Góes Campos abriu ontem à tarde o 1º Ciclo de Conferências do Museu do Senado

Em palestra realizada ontem no Senado, a escritora e professora Theresa Catharina de Góes Campos recomendou a permanente cobrança, pela sociedade, de um comportamento ético dos meios de comunicação. Após traçar um histórico sobre ética e política na evolução das comunicações desde a pré-história até o momento atual, ela defendeu o fortalecimento do espírito crítico da população: – A responsabilidade com a informação deve ser um compromisso dos jornalistas – afirmou Theresa Catharina na palestra que abriu o 1º Ciclo de Conferências do Museu do Senado. “Podemos cobrar da mídia a utilização de fontes de qualidade, que não levem à elaboração de notícias forjadas ou pela metade”, sugeriu.

A professora recorreu a textos da Antiguidade Ocidental para demonstrar que a busca de um comportamento ético tem longa tradi-

ção. Os animais personagens das fábulas do grego Esopo, citou, já eram porta-vozes de denúncias sociais. E o teatro grego era encarado pelo Estado, naquela época, como meio de educação da população.

Durante a Idade Média, recorreu a professora, coube aos monges copistas a tarefa de recuperar os textos da Antiguidade Greco-Romana, alguns deles até hoje encenados por diretores teatrais. Concluído o período do feudalismo, coube à *Commedia Dell'Arte* italiana a retomada da crítica social por meio de atores populares e textos anônimos. “Eles contribu-



A professora Theresa Catharina traçou um histórico sobre ética e política na evolução das comunicações

íram para a reflexão crítica da sociedade”, ressaltou Theresa Catharina.

A denúncia social, prosseguiu a professora, aprofundou-se com autores como Molière, no século XVII, e

sua ácida crítica aos costumes da época. Mais tarde, o escritor Victor Hugo alterou a linguagem literária ao estender o que Theresa classificou de um “olhar caridoso” à população pobre da França.

No Brasil, o Romantismo trazia à tona o tema da contribuição das populações indígenas à nacionalidade. “Foi um grande passo em termos de conscientização”, observou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
7h30 – *Entrevista* – Neri João Bottin, vice-presidente da Associação Médica do Brasil, fala sobre os planos de saúde
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – A Idade do Brasil – A casa
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
10h – *Entrevista Especial* – Senador Lauro Campos fala sobre a crise do petróleo
11h – *Entrevista* – O médico e escritor Lair Ribeiro fala sobre a qualidade de vida
12h – *Especial Fortes* – Fortes do Brasil
12h30 – *Entrevista* – Neri João Bottin, vice-presidente da Associação Médica do Brasil, fala sobre os planos de saúde
13h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
13h30 – *Debate* – O cientista político David Fleischer e o jornalista Tales Faria falam sobre as eleições municipais
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Revista Brasília* – nº 12
19h30 – *Cidadania* – Senador Artur da Távola e o presidente do Clube do Choro de Brasília, Reco do Bandolim, falam sobre o Dia Nacional do Choro
20h30 – *Entrevista* – Neri João Bottin, vice-presidente da Associação Médica do Brasil, fala sobre os planos de saúde
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *Canal Médico* – Anestesia e doença cardiovascular
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – “Chiquinho França in Concert”
23h30 – *Especial Fortes* – Fortes do Brasil
24h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – “Revolução de 30”, de Sylvio Back

DESTAQUES DO FIM DE SEMANA AMANHÃ

1h – *Debate* – O cientista político David Fleischer e o jornalista Tales Faria falam sobre as eleições municipais
3h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, secretário de Informática do TSE, fala sobre a informatização das eleições
6h30 e 13h30 – *Agenda Econômica* – Everardo Maciel, secretário da Receita Federal
7h30 – *Entrevista Especial* – Senador Lauro Campos fala sobre a crise do petróleo
11h e 23h – *Entrevista* – Ministro Pádua Ribeiro do STJ
12h30 – *Entrevista* – Senador Ribamar Fiquene fala sobre o combate à violência
17h – *Revista Brasília* – nº 12
20h30 – *Entrevista* – Neri João Bottin, vice-presidente da Associação Médica do Brasil, fala sobre os planos de saúde

DOMINGO

2h30, 17h e 24h – *Revista Brasília*
6h30 – *Cidadania* – Senador Artur da Távola e o presidente do Clube do Choro de Brasília, Reco do Bandolim, falam sobre o Dia Nacional do Choro
7h30 – *Entrevista* – Ministro Paulo Costa Leite fala sobre a criação de juizados especiais da Justiça

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Federal
10h e 18h – *Quem tem medo de música clássica?* Haydn, Sinfonia “A Imperial”
11h e 23h – *Entrevista* – Ministro Pádua Ribeiro do STJ
13h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
19h30 – *Agenda Econômica* – Everardo Maciel, secretário da Receita Federal
20h30 – *Entrevista* – Senador Ribamar Fiquene fala sobre o combate à violência

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*

Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta - Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

Secretário da Receita fala de sonegação à TV Senado

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, fala sobre o problema da sonegação fiscal no programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar pela TV Senado amanhã, às 6h30 e às 13h30, e no domingo às 19h30. Entrevistado pelos jornalistas Helival Rios e Beto Almeida, o secretário comenta ainda a reforma tributária e fiscal. Ele elogia o novo Código Tributário Nacional, em trâmite no Congresso. Para Everardo, o maior mérito do código é possibilitar a anulação de atos jurídicos que visem apenas fugir dos impostos.

Ele elogia também a lei do sigilo bancário, atualmente na Câmara dos Deputados. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a lei facilita o combate à sonegação. Everardo critica, porém, a proposta do orçamento impositivo. Ele sugere ainda uma nova tributação para o petróleo, em substituição à atual. O objetivo seria criar um mecanismo para impedir a disparada de preços do produto.



TV SENADO

Informações de recepção de sinal

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,